




**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

**TERMO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 011/2019**  
**Aeroporto de Santo Ângelo**



O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES - SELT**, sita na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 7º andar, Porto Alegre-RS, criada pela Lei Estadual nº 15.246/2019, inscrita no CNPJ 08.838.143/0001-89, representada neste ato pelo seu titular **Sr. Juvir Costella**, inscrito no CPF sob nº 280.084.210-53, doravante denominada **CONCEDENTE**, e **ALESSANDRO DE CAMARGO MIRANDA**, sediado na Rodovia RS-218 Km 13, Indubras, município de Santo Ângelo/RS, inscrito no CNPJ nº 29.888.231/0001-65, representada neste ato por **Alessandro de Camargo Miranda**, inscrito no CPF sob o nº 356.759.658-66, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **Expediente Administrativo nº 18/1800-0000779-2, Edital de Pregão Eletrônico Nº 179/CELIC/2019**, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, Lei Federal Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sujeitando-se às disposições da Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999, e legislação pertinente a Normas da Administração Aeroportuária e legislação baixada pela Secretaria de Aviação Civil-SAC-PR e Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, assim como pelas condições do edital, do Termo de Referência, pelos termos da proposta e sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Concessão remunerada de uso de uma Área Não Edificada (ANE), de 9,00 m², no lado Terra do Aeroporto Regional de Santo Ângelo, destinada à instalação de um quiosque para exploração comercial de lancheria, conforme Anexo III - Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 A contraprestação que a(o) **CONCESSIONÁRIA(O)** pagará mensalmente à **CONCEDENTE**, será o valor fixo de R\$ 351,15 (trezentos e cinquenta e um reais e quinze centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

3.1 O valor fixo do preço do presente contrato será reajustado anualmente, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses do início de vigência do contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M, editada pela Fundação Getúlio Vargas, sendo que para o



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

primeiro reajuste do contrato, o índice deverá ser calculado desde a data da apresentação da proposta até o término dos 12 meses; ou sempre que houver atualização dos valores básicos mínimos, constantes de Portarias ST, por ato do Secretário Estadual de Logística e Transportes, caso o valor retributivo fique inferior ao preço específico mensal mínimo atualizado.

3.2 Na ocorrência de qualquer hipótese, o reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao 12º mês de vigência ou ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1 O pagamento do valor da contraprestação e das taxas de ressarcimento, quando houverem, deverá ser efetuado pela(o) CONCESSIONÁRIA(O), até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, através de Guia de Arrecadação-GA, cujo código é 505, para a contraprestação, e código 1165 para as taxas de ressarcimento. A GA é gerada através da Internet, disponível no site da CONCEDENTE: [www.transportes.rs.gov.br](http://www.transportes.rs.gov.br) – Serviços – ST - Guias de Arrecadação / Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS RECEITAS**

5.1 As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1310.02.1.1.001, destinadas conforme o item 6.5 do Termo de Referência – Anexo III do Edital, em atendimento ao Convênio de Outorga nºs 101/2013 – D.O.U de 22/07/2013..

**CLÁUSULA SEXTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

6.1 Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação sofrerão multa prevista no item “12.1.2 - a)” da Cláusula Décima Segunda, e serão corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Geral de Preços – Mercado/IGP-M.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS**

7.1 O prazo para o início da CONCESSÃO é de até 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento de sua Autorização de Início, emitida pelo Departamento Aeroportuário.

7.2 A autorização de Início somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado e conforme disposto no subitem 7.6 do Anexo III do Edital - Termo de Referência.

7.3 O prazo de duração desta contratação, será de 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS**

8.1 A realização de quaisquer benfeitorias e obras só poderão ser realizadas com autorização expressa e por escrito da CONCEDENTE.

8.2 As instalações aprovadas não poderão ser alteradas sem nova aprovação do DAP/ST;

8.3 Os custos para as instalações nas áreas objeto, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios, benfeitorias a serem construídas - necessárias e indispensáveis ao funcionamento do





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo CONCEDENTE e pela ANAC, conforme Termo de Referência, serão de inteira responsabilidade da(o) CONCESSIONÁRIA(O);

8.4 As instalações e todos equipamentos móveis e desmontáveis, poderão ser retirados pela(o) CONCESSIONÁRIA(O), desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da(o) CONCESSIONÁRIA(O) as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

8.5 As benfeitorias fixas que vierem a ser efetuadas pela(o) CONCESSIONÁRIA(O) e que integrarem a estrutura e substância do imóvel passarão à propriedade da CONCEDENTE tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização, observado o constante no subitem 8.1 desta cláusula.

**CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

**9.1. Dos Direitos**

**9.1.1 Da CONCEDENTE:**

9.1.1.1 perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados; e

9.1.1.2 Designar empregados para fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, notadamente as condições de conservação e segurança, considerando a redação expressa no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. 16.2.1. Da(o) CONCESSIONÁRIA(O):

9.1.2.1 Receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram. 9.1.2.2 Desenvolver suas atividades, nos termos do Edital PE Nº179/CELIC/2019.

**9.2. Das Obrigações**

**9.2.1. Do CONCEDENTE:**

9.2.1.1 Emitir autorização para o início da CONCESSÃO do seu objeto, após cumpridas as exigências da Cláusula Décima Quarta – Da Eficácia deste contrato.

9.2.1.2 Dar CONCESSÃO de uso à(o) CONCESSIONÁRIA(O), disponibilizando as áreas descritas no Objeto, para a exploração das atividades fins, nos termos do respectivo edital de licitação, após observado o subitem 9.2.1.1.

9.2.1.3 Fazer a vistoria das áreas concedidas quando da devolução por parte da(o) CONCESSIONÁRIA(O) para fins de cumprimento do disposto no subitem 9.2.2.16.

**9.2.2 Da(o) CONCESSIONÁRIA(O):**

9.2.2.1 Obrigar-se a providenciar seguro, com integral cobertura, de responsabilidade geral contra roubo, furto, incêndio, perda total, avarias ocasionadas por atos involuntários e danos decorrentes da conservação e uso da área, entregando uma cópia da Apólice ao CONCEDENTE;

9.2.2.2 Apresentar relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados no local, até 5 dias após o início das atividades, informando quantidades, potência (w) de consumo de cada um e tempo de uso diário, tendo em vista o cálculo do consumo de energia elétrica mensal, ou providenciar instalação de medidor próprio, com o fim de ressarcimento do valor respectivo;

9.2.2.3 Efetuar o pagamento ajustado;

9.2.2.4 Pagar juntamente ao estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pelo CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais; e, também, o valor do



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

consumo de energia elétrica que será determinado pela Concedente, com base na relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados na mesma ou pela leitura mensal do medidor próprio.

9.2.2.5 Atender com elevado padrão, mantendo em serviço, sempre, número suficiente de empregados;

9.2.2.6 Fornecer ao Concedente a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;

9.2.2.7 Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação da Concessionária, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). Em caso de extravio, a segunda credencial será fornecida mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA;

9.2.2.8 Conservar e manter a área concedida em perfeitas condições de funcionamento, conservação, limpeza, segurança e higiene, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto;

9.2.2.9 Não realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente CONCESSÃO a terceiros, sem que haja autorização expressa e por escrito do CONCEDENTE;

9.2.2.10 Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, ficando proibido o funcionamento dos serviços objeto da presente licitação, fora das condições aqui estipuladas, salvo em casos excepcionais devidamente autorizados pelo CONCEDENTE;

9.2.2.11 Instalar, às expensas próprias, na área para esse fim destinada, todo o equipamento - máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas - necessários e indispensáveis ao funcionamento do objeto licitado, de acordo com projetos (desenhos, detalhes e orçamentos) aprovados pelo CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para este fim, conforme itens 7.6 e 8.2 do termo de Referência, os quais poderão ser retirados pela CONCESSIONÁRIA, desde que não afetem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento.

9.2.2.12 Não alterar as instalações aprovadas sem nova aprovação do DAP/ST;

9.2.2.13 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.2.14 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitada, documentos que comprovem que a Empresa Concessionária está cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.2.2.15 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

9.2.2.16 Retirar da área todos bens móveis e equipamentos desmontáveis, desde que não afetem a estrutura e substância da mesma, restituindo-a em perfeitas condições, com reparação de quaisquer danos ou estragos verificados, no prazo de 60(sessenta) dias, findo ou rescindido o contrato;

9.2.2.17 A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao Concedente a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.2.18 Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao Concedente ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.2.2.19 Atender a legislação aeronáutica pertinente, as determinações e normas específicas, emanadas a qualquer tempo, tanto pelo DAP como pela Autoridade Aeronáutica;

9.2.2.20 Atender a legislação trabalhista e as leis sociais, assim como demais leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes a atividade a ser desenvolvida;

9.2.2.21 Observar com rigor as disposições do Código do Consumidor, submetendo-se à orientação e fiscalização dos órgãos competentes;

9.2.2.22 Atender a legislação vigente sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Higiene do Trabalho;

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 A(O) CONCESSIONÁRIA(O) reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.

11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.

11.3 Também durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a(o) CONCESSIONÁRIA(O) se der lugar à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.

11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à(o) CONCESSIONÁRIA(O) qualquer direito à indenização ou compensação.

11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a(o) CONCESSIONÁRIA(O), no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.

11.6 Até a efetiva desocupação da área a(o) CONCESSIONÁRIA(O) obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela(o) CONCESSIONÁRIA(O), ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

12.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

12.1.2 Multas sobre o valor total atualizado do contrato:



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

a) de 0,5 % (zero, cinco por cento) por dia de atraso que exceder o prazo fixado para pagamento do valor retributivo mensal, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação;  
b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);

c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento).

12.1.2.1 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

12.1.2.2 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

12.1.3 Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que: a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; b) falhar ou fraudar na execução do contrato; c) comportar-se de modo inidôneo; d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.1.3.1 A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

12.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

12.3 Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

12.4 Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

12.5 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

12.6 A aplicação de sanções não exime a(o) CONCESSIONÁRIA(O) da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

12.7 As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código 0505, conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da(o) CONCESSIONÁRIA(O).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

13.1 A(O) CONCESSIONÁRIA(O) se responsabilizará civilmente por todos os danos causados nas dependências do objeto da licitação, consoante artigo 927 do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EFICÁCIA**

14.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

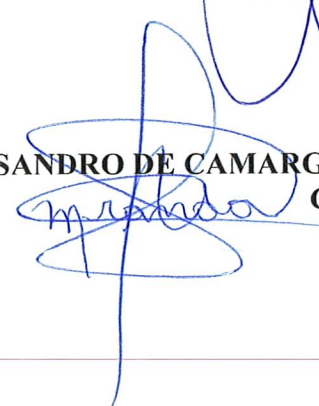
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

15.2 E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 12 de julho de 2019.

  
**JUVIR COSTELLA**  
Concedente

  
**ALESSANDRO DE CAMARGO MIRANDA**  
Concessionário

---

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

**Licitações**

---

*Protocolo: 2019000303929***AVISO DE CANCELAMENTO**

Informamos o **cancelamento** da sessão de abertura de envelopes de orçamentos apresentados para **produção de filmes publicitários**, prevista no Contrato de Prestação de Serviços de Publicidade nº 0000469.13/2015, agendada para o dia **25 de julho de 2019, às 10:00h**, na Unidade de Licitações e Compras do Banrisul.

---

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

---

JUVIR COSTELLA  
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar  
Porto Alegre / RS / 90119-900

---

**Gabinete do Secretário**

---

JUVIR COSTELLA  
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar  
Porto Alegre / RS / 90119-900

---

**Contratos**

---

*Protocolo: 2019000303930*

**SÚMULA DO TERMO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 011/2019**  
**AEROPORTO REGIONAL DE SANTO ÂNGELO**

**Expediente Administrativo:** 18/1800-0000779-2

**Partes:** Secretaria de Logística e Transportes e Alessandro de Camargo Miranda

**Objeto:** O presente contrato tem por objeto a concessão remunerada de uso de uma Área Não Edificada (ANE), de 9,00 m², no lado Terra do Aeroporto Regional de Santo Ângelo, destinada à instalação de um quiosque para exploração comercial de lancheria, conforme Anexo III - Termo de Referência.

**Valor:** R\$ 351,15 (trezentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) mensal.

**Vigência:** 05 (cinco) anos.

**Fundamento Legal:** Edital de Pregão Eletrônico Nº 179/CELIC/2019.

---

**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

---

SÍVORI SARTI DA SILVA  
Av. Borges de Medeiros, 1555  
Porto Alegre / RS / 90110-150

---

**Diretoria de Administração e Finanças**

---

PABLO PECOITS XAVIER

---